

TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

1. Será exigido para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente:
 - a) Relatório Ambiental Preliminar – RAP.
 - b) Estudo Ambiental Simplificado – EAS.
 - c) Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.
 - d) Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA.
2. Será de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional:
 - a) Cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.
 - b) Localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados.
 - c) De impacto ambiental local.
 - d) Localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio Estadual ou do Distrito Federal.
3. Os prazos máximos de validade das licenças ambientais Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO, são respectivamente:
 - a) Cinco, seis e dez.
 - b) Seis, oito e dez.
 - c) Cinco, nove e doze.
 - d) Quatro, seis e quinze.
4. A Licença Ambiental Prévia – LP será concedida após avaliação de impacto ambiental realizada pelos técnicos do órgão licenciador e será expedida:
 - a) Na fase de instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante.
 - b) Na fase de operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.
 - c) Na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
 - d) Na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua instalação, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos com a expedição da licença.
5. O prazo para análise do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Avaliação de Impacto Ambiental – EIA/RIMA pelos técnicos do órgão licenciador será:
 - a) 12 meses ininterruptos.
 - b) 6 meses ininterruptos.
 - c) 6 meses, suspensos durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.
 - d) 12 meses, suspensos durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.
6. Incumbe ao Poder Público, em matéria ambiental:
 - a) Proteger apenas a fauna brasileira, podendo a flora ser utilizada independentemente de legislação e fiscalização.
 - b) Permitir a práticas que provoquem a extinção de espécies
 - c) Garantir a liberdade da utilização do patrimônio genético do país, sem a obrigatoriedade de fiscalização.
 - d) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
7. De acordo com a Lei 9.605/98, conhecida como “Lei dos Crimes Ambientais”:
 - a) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
 - b) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
 - c) Não há responsabilidade de pessoa jurídica.
 - d) Há somente responsabilidade civil das pessoas jurídicas.
8. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são considerados Patrimônio Nacional:
 - a) Cerrado, Mata Atlântica e a Zona Costeira.
 - b) Pantanal Mato-Grossense, Serra do Mar, Floresta Amazônica Brasileira, Caatinga e a Zona Costeira.
 - c) Floresta Amazônica Brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
 - d) Floresta Amazônica Brasileira, Mata Atlântica, Serra da Bocaina e Pantanal Mato-Grossense.
9. Um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos instituídos na Lei 9.433/97, os Planos de Recursos Hídricos, também conhecido como Plano Diretor, serão elaborados:
 - a) Por bacia hidrográfica e por municípios.
 - b) Por bacia hidrográfica, por Estado e para o país.
 - c) Por bacia hidrográfica, por municípios e para a União.
 - d) Por município e Estado.

10. É objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) A alteração adversa das características do meio ambiente.
- b) Promover apenas o uso e o manejo de recursos ambientais.
- c) O desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais com ausência de orientação para o uso irracional de recursos ambientais.
- d) A preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

11. Considere as seguintes afirmações:

I. Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.

II. Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.

III. Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

De acordo com a Lei 6.938/1981, são princípios da Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I, apenas.

12. O órgão do meio ambiente promoverá a realização de audiência pública nos processos de licenciamento ambiental:

- a) Somente se julgar necessário.
- b) Somente se julgar necessário, quando for solicitado por entidade civil ou pelo Ministério Público.
- c) Somente por solicitação do Ministério Público, por ser órgão responsável pela fiscalização.
- d) Sempre que julgar necessário, quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por cinquenta ou mais cidadãos.

13. Serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente constantes na Lei 6.938/81:

- a) As atividades empresariais públicas ou privadas.
- b) As atividades comerciais.
- c) Apenas as atividades empresariais privadas.
- d) Apenas as atividades empresariais públicas.

14. Na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental:

- a) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) Apenas os Estados.
- c) Apenas os Municípios.
- d) Apenas o Distrito Federal e os Municípios.

15. Segundo a Lei 9.795/1999, é considerada educação ambiental não-formal:

- a) Ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.
- b) A educação desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas.
- c) Apenas a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais.
- d) A formação complementar dos professores em atividade em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

16. Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

- a) Educação básica, educação superior e educação excepcional.
- b) Somente educação básica e superior.
- c) Educação básica, educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos.
- d) Educação básica, educação superior e educação senil.

17. É considerado um dos princípios básicos da educação ambiental:

- a) A garantia de democratização das informações ambientais.
- b) O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- c) O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia.
- d) A produção e divulgação de material educativo.

18. O Brasil é membro fundador da International Organization for Standardization – ISO, conhecida no Brasil como Organização Internacional para Padronização e se faz representar pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. O trabalho técnico da ABNT é realizado através de seus Comitês Brasileiros como a CB-38 que se refere a:

- a) Discussão de normas existentes sobre Gestão Ambiental.
- b) Discussão de normas existentes sobre Educação Ambiental.
- c) Elaboração de normas sobre Gestão Ambiental.
- d) Elaboração de normas sobre Educação Ambiental.

19. O documento assinado entre diversos países que estabelece a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂), as quais responde por 76% do total das emissões relacionadas ao aquecimento global, e outros gases do efeito estufa, nos países industrializados e compromete os signatários a reduzir a emissão de poluentes entre 2008 e 2012 é denominado:

- a) Tratado de Quioto.
- b) Convenção de Havana.
- c) Tratado de Viena.
- d) Eco-92.

20. O princípio do poluidor-pagador garante:

- a) Tolerar a poluição mediante um valor antecipadamente pago a um dos entes federativos atingidos.
- b) Compensar os danos causados ao meio ambiente decorrentes de obra ou atividade potencialmente poluidora.
- c) Precaver um dano, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente das sanções penais e administrativas.
- d) Aplicação de sanções penais e administrativas ao agente causador do dano ambiental.

21. É considerado poluidor:

- a) Qualquer pessoa de direito público responsável apenas diretamente por atividade causadora de degradação ambiental.
- b) A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, independentemente de responsabilidade direta ou indireta, por atividade causadora de degradação ambiental.
- c) Apenas a pessoa física de direito privado responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- d) A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

22. Visando reduzir os níveis de emissão de poluentes por motores veiculares, especialmente nos centros urbanos, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA instituiu:

- a) Programa de Veículos Automotores – PVA.
- b) Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.
- c) Programa de Combate à Emissões Atmosféricas – PCEA.
- d) Programa de Controle da Emissão de Gases por Veículos Automotores – PROCEGVA.

23. A Resolução CONAMA 357/2005 classifica as águas superficiais doces, salobras e salinas do território nacional, enquanto a Resolução CONAMA 396/2008 classifica as águas subterrâneas. Ambas definem os padrões de qualidade de cada uma dessas classes. Desta forma, para definir os padrões de qualidade, a análise da água e o enquadramento dos corpos de água nessas classes é feito, observando as normas citadas:

- a) Sempre de acordo com o estado atual dos corpos de água analisados.
- b) De acordo com o estado ideal, independentemente do destino dos corpos de água.
- c) Nos níveis de qualidade que deveriam ter para garantir os usos a que se pretende destiná-los, o que não exige um controle de metas visando atingir os objetivos do enquadramento.
- d) Nos níveis de qualidade que deveriam ter para garantir os usos a que se pretende destiná-los, o que exige um controle de metas visando atingir, de modo gradual, os objetivos do enquadramento.

24. O princípio do controle do poluidor pelo Poder Público estabelece:

- a) A solidariedade da União, dos Estados e Municípios para a proteção do meio ambiente e o combate a todas as formas de poluição.
- b) Atribuição ao poluidor do custo social da poluição por ele gerada.
- c) Tolerar a poluição mediante um valor.
- d) Atribuição da responsabilidade para o Município detentor da poluição gerada.

25. A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e como objetivos específicos:

- a) A salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.
- b) Exclusivamente a proteção da fauna e da flora.
- c) A preservação da biodiversidade, da saúde humana, dos valores estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social, salvo dos valores paisagísticos.
- d) A preservação de valores paisagísticos, estéticos e financeiros.

26. Nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada, a vegetação em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica:

- a) Perderá sua classificação em primária ou secundária.
- b) Perderá sua classificação apenas nos casos de vegetação primária.
- c) Não perderá sua classificação em primária ou secundária.
- d) Sempre perderá sua classificação.

27. Não são ecossistemas brasileiros:

- a) Mata Ciliar e Pampas.
- b) Mata da Araucária, Manguezais e Pampas.
- c) Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal Mato Grossense.
- d) Montanhas do Cáucaso e Florestas de Coníferas.

28. De acordo com a Lei 11.428/2006, consideram-se integrantes do Bioma Mata Atlântica:

- a) Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude e caatinga.
- b) Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encraves florestais do Nordeste.
- c) Vegetação de restinga, caatinga, manguezais e Montanhas do Cáucaso.
- d) Floresta Nacional, vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encraves florestais do Norte e Nordeste.

29. As Unidades de Uso Sustentável previstas na Lei 9.985/2000 que instituiu o institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC são aquelas que têm como objetivo básico:

- a) Preservar a natureza, livrando-a quando possível, da interferência humana.
- b) Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, ou seja, visam conciliar a exploração do ambiente à garantia da perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável.
- c) Admitir somente o uso direto de seus recursos e, como regra, não envolve consumo, coleta dano ou destruição dos recursos naturais.
- d) Restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada.

30. Utilizar ao máximo os recursos naturais, por meio de um sistema industrial e dos reaproveitamentos e transformações possíveis, reduzindo a um mínimo a pressão sobre a natureza, tanto da demanda quanto da restituição é um conceito de:

- a) Recuperação ambiental.
- b) Corredores ecológicos.
- c) Plano de recuperação de área degradada.
- d) Projetos ecológicos.

31. Entende-se por Unidade de Conservação:

- a) Documento técnico mediante o qual se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.
- b) Restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.
- c) Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- d) A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

32. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT tem como principal objetivo:

- a) Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades excepcionais, com ênfase no reconhecimento, desrespeito e fortalecimento, além da garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.
- b) Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, turísticos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.
- c) Promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.
- d) Promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no estabelecimento de novas normas, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, sem respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

33. Área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, é o conceito de:

- a) Área de Proteção Ambiental – APA.
- b) Plano de Manejo.
- c) Extrativismo.
- d) Unidade de Conservação.

34. Processo produtivo é o ato de transformar matérias primas em um produto específico através de uma linha de produção, a qual tem entradas, como insumos e energia, e gera saídas, poluentes e resíduos. As saídas podem gerar impactos ambientais adversos e também apresentar riscos para a saúde dos trabalhadores, denominadas:

- a) Riscos ecológicos.
- b) Riscos ambientais.
- c) Riscos ocupacionais.
- d) Riscos de auditorias.

35. A resolução dos problemas ambientais provoca a ativação e objetivação de um conjunto de processos sociais. Tais processos podem constituir indicativos em saúde sobre problemas ambientais, sendo, dentre outros:

- a) A incorporação dos valores do ambiente, com exceção da ética profissional.
- b) A reorientação interdisciplinar do desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional dos profissionais no campo da saúde coletiva.
- c) O estabelecimento de legislação ambiental ineficaz que normatize os agentes econômicos, o governo e a sociedade civil.
- d) O crescimento populacional desregulado com ausência de legislação específica.

36. Identifique a figura de linguagem empregada na oração em destaque:

Diante de tamanha devastação, a natureza está implorando ajuda!

- a) Antítese.
- b) Onomatopéia.
- c) Pleonasma.
- d) Personificação.

37. Preencha as lacunas e indique a alternativa correta:

I. Amanhã ___ doze anos que vovô faleceu.

II. Ainda que ___ juro, pagarei em prestações.

III. Dez pedreiros ___ para concluir a obra!

- a) Faz – hajam – basta.
- b) Fazem – haja – basta.
- c) Faz – haja – bastam.
- d) Fazem – hajam – bastam.

38. ***Meu filho, nunca mais faça isso!*** Os vocábulos sublinhados se classificam como:

- a) Vocativo.
- b) Adjunto adnominal.
- c) Adjunto adverbial.
- d) Complemento nominal.

39. Assinale a alternativa em que ao menos uma palavra contém erro de grafia:

- a) Capixaba – primazia – catequizar – cangica.
- b) Jenipapo – chicória – estiagem – chuchu.
- c) Regurgitar – majestade – bebedouro – anestesia.
- d) Prezado – privilégio – capoeira – bueiro.

40. Indique a alternativa em que está incorreta a forma plural:

- a) Melão – melões.
- b) Mal – males.
- c) Fuzil – fuzíveis.
- d) Júnior – juniores.

41. Assinale a alternativa em que a palavra tem o gênero indicado incorretamente:

- a) O edema.
- b) O omelete.
- c) O apêndice.
- d) A derme.

42. Todas as concordâncias nominais estão corretas, exceto em:

- a) As receitas seguem anexas ao pacote.
- b) Eu estava meia preocupada com o resultado.
- c) Pensando bem, este vestido não é muito caro.
- d) Escolheu péssimo momento e hora para ligar.

43. No mundo, há diversas maneiras de se praticar agricultura. Assim, diversos sistemas agrícolas utilizados. Um dos sistemas mais utilizados ao longo dos anos é a *plantation*, que entende-se por:

- a) Uma prática agrícola que se caracteriza pelo uso extensivo do solo e pela lavoura monocultora.
- b) Um sistema baseado na agricultura intensiva e uso de engenharia genética na produção.
- c) Uma produção policultora de alimentos básicos de forma intensiva.
- d) Uma prática agrícola baseada no uso de engenharia genética e policultora.

44. Leia o texto abaixo:

"Em agosto de 1945, os Estados Unidos lançaram duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Esses ataques, de efeito destrutivo até então desconhecido, não apenas levaram à rendição incondicional do Japão mas também mostraram ao mundo uma nova realidade."

Fonte: Médiçi, Miriam de Cássia. Geografia: geografia política: nova ordem mundial. 1ª Ed. São Paulo, Editora Nova Geração, 1999.

Sobre esta "nova realidade", pode-se afirmar que consiste:

- a) No fim do poder bélico do mundo e o equilíbrio de poder entre as nações do continente europeu.
- b) Na ruptura ideológica entre o ocidente e oriente, criando um mundo de forças homogêneas.
- c) No poder militar de um país ser medido pelas armas nucleares que possuísse.
- d) Na possibilidade de diálogo entre as forças opostas através de órgãos multilaterais como a OPEP.

45. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU indica várias ações para reduzir o impacto do aquecimento global. Entre estas indicações, pode-se optar:

- a) Pelo uso constante de combustíveis fósseis.
- b) Pelo aumento do desmatamento.
- c) Pela eliminação do gás metano na atmosfera.
- d) Pelo uso de energia solar para aquecimento.

46. Um ônibus sai da cidade A em direção à cidade B. Após percorridos $\frac{3}{8}$ da distância entre A e B, ele faz uma parada para lanche. Do local da parada até a cidade B são mais 350 km. A distância entre A e B é:

- a) 560 km.
- b) 480 km.
- c) 320 km.
- d) 650 km.

47. Qual deve ser o capital que, no sistema de juros compostos, à taxa de 30% ao ano, gera um montante de R\$ 15.210,00 ao final de 2 anos?

- a) R\$ 9.000,00.
- b) R\$ 7.000,00.
- c) R\$ 8.000,00.
- d) R\$ 6.000,00.

48. Um juiz deve analisar 15 Reclamações trabalhistas, sendo 6 de professores, 4 de bancários e 5 de médicos. O número de possíveis grupos contendo 1 processo de professor, 1 de bancário e 1 de médico é de:

- a) 80.
- b) 120.
- c) 60.
- d) 140.

49. As raízes da equação do 2º grau $x^2 - 5x + 6 = 0$ são o primeiro e o segundo termo de uma progressão geométrica crescente. Determine o 8º termo dessa PG:

- a) $\frac{64}{2.187}$.
- b) 64.
- c) $\frac{2.187}{64}$.
- d) $\frac{32}{5}$.

50. Considere três números naturais x , y e z , tais que $z > y > x$. Sabe-se que o maior é a soma dos outros dois e que o menor é $\frac{1}{8}$ do maior. Então x , y e z são, nesta ordem, diretamente proporcionais a:

- a) 2; 7; 8.
- b) 2; 5; 8.
- c) 3; 7; 9.
- d) 1; 7; 8.